

NOTAS E INFORMAÇÕES

O preço de uma "persistência"

Conclui-se, finalmente, a primeira fase da negociação com os bancos credores iniciada em outubro de 1990. Ao receber a boa notícia, o presidente Fernando Collor de Mello atribuiu-a à nossa "persistência", tendo a equipe econômica, por sua vez, acolhido o fato como grande vitória do País. Não acreditamos porém que essa elogiada persistência dos nossos negociadores tenha apresentado vantagens de vulto ao Brasil, pelo que se impõe certa contenção ao entusiasmo provocado pela conclusão dessa primeira fase dos entendimentos. Afinal, temos ainda muitos obstáculos a vencer antes que a nossa reintegração à comunidade financeira internacional venha a oferecer reais proveitos à Nação, ainda que a satisfação no momento o grande passo à frente ora consumado.

Uma moratória decretada desde junho de 1989 se acha em parte suspensa, embora tenha o governo decidido, unilateralmente, voltar a pagar 30% dos juros vencidos a partir de janeiro. Na realidade, o Brasil está em estado de moratória há muitos anos (praticamente desde 1983), sendo portanto muito audacioso afirmar que já voltamos à plena normalidade. Não estamos na mesma situação do México, por exemplo, cujo presidente pode, sem exagero, dizer que o problema da dívida externa daquele país é coisa do passado.

De início cabe perguntar se valeu realmente

a pena dissiparmos, por intransigência de nossa parte, mais de seis meses para fechar esse acordo inicial. Ao pretender inovar nessa negociação, o Brasil perdeu, sem dúvida, a confiança da comunidade financeira internacional, cabendo-lhe o triste privilégio de ter sido citado por duas vezes, nos comunicados do Grupo dos Sete, como mau pagador. Mas, pelo menos, houve certo mérito nessa nossa vontade de inovação? Começamos a renegociação anunciando que não aceitaríamos discutir o problema dos juros atrasados enquanto não se chegasse a um acordo global sobre a dívida total. Tivemos de ceder, contentando-nos apenas com a emissão dos bônus a partir do momento em que o acordo total fosse assinado. Convém notar que tal restrição indica um possível retorno de problema que parecia resolvido: o dos juros atrasados.

Num segundo desdobramento, havíamos decidido pagar "cash" apenas US\$ 600 milhões; agora estamos aceitando desembolsar sob tal forma US\$ 2 bilhões, isto é, US\$ 1.400 milhões a mais que o previsto quando, no início das conversações, pretendiam os bancos US\$ 2.800 milhões, ou seja, US\$ 800 milhões a mais do que obtiveram. Não conseguimos que os bônus sejam de 45 anos nem tampouco uma



taxa fixa, que havíamos, preliminarmente, estabelecido em 3% ao ano...

Contudo, o que nos parece mais importante é comparar os US\$ 800 milhões que "ganhamos" com os recursos que perdemos em consequência da demora imposta à renegociação. Se a tivéssemos concluído rapidamente, logo teríamos conseguido o stand by credit pleiteado ao FMI (cerca de US\$ 1,2 bilhão), enquanto hoje, conforme reconhece a

ministra da Economia, estamos a braços com longa negociação com o organismo internacional para obter essa mesma quantia. O aval do FMI nos teria permitido acesso muito mais fácil aos recursos do Banco Mundial e do BID, nos quais nosso saldo continua negativo, quando poderia ter sido positivo. Com o mesmo aval poderíamos ter renegociado nossa dívida com o Clube de Paris, enquanto nestes dias acumulamos atrasos com o organismo, responsáveis por pagamento de juros sobre juros. Finalmente perdemos a oportunidade de obter do Japão uma ajuda de US\$ 2,5 bilhões. Se calcularmos todos esses recursos a seu valor atual, podemos certamente abrigar dúvidas quanto à eficácia da nossa "persistência"...

Cumpramos, portanto, lembrar que "vencemos" apenas uma primeira batalha. Logo se

enfrentará o Senado, a quem cabe aprovar ou não o acordo nos termos da Constituição, a qual exige que o Legislativo autorize o Executivo a pagar, parcialmente, uma dívida contraída. A Câmara Alta seguramente discutirá tal acordo para verificar se ele se enquadra nas normas estabelecidas, notadamente no princípio da capacidade de pagamento (em função do superávit primário nas contas públicas). Provavelmente (sem dispor aliás de dados), aceitará a proposta do governo, desconhecendo o acordo sobre o principal da dívida, mas levantando dúvidas que não ajudarão a realização da segunda fase de renegociação, muito mais importante.

Esse segundo capítulo é relativo à consolidação de uma dívida de cerca US\$ 52 bilhões. Sabidamente uma renegociação difícil, especialmente se continuarmos pretendendo "innovar".

Temos de esperar que o FMI considere que, com a conclusão da primeira fase da renegociação com os bancos credores, está a questão bem-encaminhada. Caso contrário, se o organismo internacional preferir esperar o final da segunda fase, estaremos em situação delicada. O drama, porém, é que o Brasil quer também inovar na negociação com o FMI, o que leva a ministra Zélia Cardoso de Mello a anunciar que a discussão será longa. Como se pode verificar, ainda está longe a solução da questão internacional.